
As correntes interacionistas e a sua repercussão nas teorias de Anthony Giddens e Bruno Latour

The interactionist currents and their repercussion in Anthony Giddens's and Bruno Latour's theories

Karine Pereira Goss¹
karinepereiragoss@yahoo.com.br

Resumo

Esse artigo aborda três importantes correntes qualitativas críticas ao funcionalismo: a fenomenologia social, o interacionismo simbólico e a etnometodologia. Inicialmente são apresentadas as principais teorias e autores que influenciam cada uma dessas abordagens. Em seguida, discutem-se os principais pressupostos teóricos e metodológicos de cada uma delas, seus pontos em comum, bem como seus representantes mais importantes. Depois, procede-se à análise do papel que estabelecem para a cognoscitividade do agente, sendo esse um dos princípios fundamentais que perpassa as três escolas. Procurar-se-á demonstrar ainda como dois sociólogos contemporâneos – Anthony Giddens e Bruno Latour – herdeiros de distintas tradições sociológicas compartilham de alguns dos principais preceitos dessas abordagens. Finalmente, além de refletir sobre as contribuições que as três correntes trouxeram às ciências sociais, o artigo procura demonstrar que uma das maneiras de a sociologia recuperar a perspectiva criativa é retomar o conhecimento teórico aliado ao estudo empírico desenvolvido pelas escolas interacionistas.

Palavras-chave: escolas interacionistas, Anthony Giddens, Bruno Latour, cognoscitividade.

Abstract

The article discusses three important qualitative currents critical of functionalism: social phenomenology, symbolic interactionism and ethnomethodology. Initially it introduces the main theories and authors that influence each one of those approaches. Then it describes the main theoretical and methodological assumptions of each one of them, their common aspects and most important representatives. Then it analyzes the role they ascribe to the actor's cognition, as this is one of the basic principles that is common to the three of them. The article also tries to demonstrate how two contemporary sociologists – Anthony Giddens and Bruno Latour – who are heirs of different sociological traditions share some of the main precepts of those approaches. Finally, besides reflecting on the contributions that the three currents have given to social science, it stresses that one of the ways for sociology to recover a creative perspective is to retrieve the theoretical knowledge in conjunction with the empirical study developed by interactionist schools.

Key words: interactionist schools, Anthony Giddens, Bruno Latour, cognition.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integrante do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS) da mesma universidade.

Introdução

Mouzelis (s/d), em texto que trata da configuração da teoria social no período pós Segunda Guerra Mundial, divide seu desenvolvimento em três momentos. O primeiro, durante a década de 1950, foi dominado pelo funcionalismo parsoniano². O segundo, durante as décadas de 1960 e 1970, representou uma reação à hegemonia funcionalista e resultou numa intensa fragmentação da disciplina. E, o terceiro, de 1980 até 1990, além da permanência da fragmentação e compartimentalização, apresentou a elaboração de importantes sínteses teóricas. O que interessa para esse artigo, particularmente, é o período de reação à teoria parsoniana no qual a etnometodologia floresceu. Mas é importante observar que o surgimento da etnometodologia só foi possível porque, antes do consenso ortodoxo estabelecido pela hegemonia positivista, houve nos Estados Unidos a Escola de Chicago desenvolvida sob as bases da filosofia pragmática e do interacionismo simbólico. É certo que, de acordo com a interpretação de Joas (1999), Parsons não considerou essas tradições nos seus escritos, mas não se pode negar que, de alguma forma, elas reapareceram na década de 1960.

Abordarei nesse artigo três importantes correntes qualitativas críticas ao funcionalismo: a fenomenologia social, o interacionismo simbólico e a etnometodologia, com especial ênfase à última, talvez a mais sociológica dessas abordagens. Depois, analisarei o papel que estabelecem para a cognoscitividade do agente, sendo esse um de seus princípios fundamentais. Além disso, procurarei demonstrar como dois sociólogos contemporâneos, herdeiros de distintas tradições sociológicas, compartilham de alguns dos principais preceitos das escolas interacionistas.

A fenomenologia social e o interacionismo simbólico

É difícil analisar separadamente as correntes cujo interesse se concentra, sobretudo, na análise do ponto de vista dos sujeitos. De uma forma ou de outra, seus membros acabaram influenciando-se mutuamente, assim como em sua maioria utilizaram-se das mesmas fontes filosóficas e teóricas. Para se ter uma idéia aproximada do que isso significou, os filósofos pragmáticos norte-americanos – influenciados pela filosofia alemã, na qual Simmel é figura importante – fornecem as bases para os

autores que posteriormente atuarão na Escola de Chicago. Schütz³, por sua vez, também vai beber do pragmatismo por meio de Willian James, retomando especialmente seu conceito de “realidades múltiplas”. Schütz utilizará o conceito de “definição da situação” elaborado por W. I. Thomas, integrante da Escola de Chicago, que é crucial para o desenvolvimento da fenomenologia social e uma das regras básicas do interacionismo simbólico (Bazilli *et al.*, 1998). A etnometodologia sofre influência direta da fenomenologia social. É nesse sentido que, apesar de inúmeras diferenças que possam existir entre elas, quero salientar os aspectos comuns compartilhados por essas abordagens.

Fenomenologia social

A fenomenologia social tem como seu principal representante Alfred Schütz, cujas raízes do pensamento estão na fenomenologia de Edmund Husserl e na teoria da ação social de Max Weber. Schütz confronta Weber e Husserl com o objetivo de criar uma teoria aplicável à análise do mundo social. Para o autor, a principal esfera da realidade é o “mundo da vida”, onde vão se concentrar as experiências cotidianas, o *locus* no qual os indivíduos vão desenvolver suas ações, manipular objetos e realizar planos. O “mundo da vida” pode ser focalizado por vários ângulos, e um dos quais Schütz privilegiou foi o da “atitude natural”⁴. Uma postura “pragmática”, “utilitária” e “realista”, nas palavras de Wagner (1979), que guia os indivíduos em sua vivência cotidiana. As pessoas tomam a realidade com a qual têm contato como dada *a priori* não a colocam em dúvida e é a partir dessa atitude que atuam.

Outra forma de estudar as condutas dos indivíduos no “mundo da vida” é estabelecer que esses sempre se encontram em “situações biográficas determinadas” (Wagner, 1979, p. 17). No entanto, tais circunstâncias biográficas contêm limitações e condicionamentos a partir das quais os atores determinam seus objetivos e avaliam sua “situação”. O modo como as pessoas se orientam em suas situações de vida vai ser dado pelas “experiências armazenadas” e pelo “estoque de conhecimento” que possuem. Os indivíduos são considerados hábeis para pensar o mundo e o classificar como uma construção de tipos e coisas. Para a interpretação de certos contextos, alguns “estoques de conhecimento” são mais relevantes, para outros não. O importante é que esses diferentes “estoques” disponíveis aos indivíduos vão guiá-los nas suas operações práticas e ajudá-los a alterar as situações através da ação.

² Talcott Parsons publicou *The Structure of Social Action* em 1937, obra na qual desenvolve a teoria voluntarista da ação. A partir dessa publicação, o sociólogo dominou a sociologia em língua inglesa nas duas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial (Heritage, 1999).

³ Schütz é de origem austríaca e estudou ciências sociais na Universidade de Viena no início do século XX. Em 1938, sai definitivamente de seu país, fugindo do regime nazista e, depois de passar um ano em Paris, começa a viver definitivamente nos EUA (Coulon, 1995a).

⁴ A “atitude natural” está ancorada no que Schütz denomina o “pensar como sempre”. Essa forma de pensar de determinados grupos será mantida enquanto certas condições persistirem: a estabilidade da vida social; a manutenção da confiança nos diversos tipos de conhecimentos a que temos acesso; a possibilidade de utilizar esse conhecimento para controlar os acontecimentos e, finalmente, a aceitação de códigos de interpretação, mesmo quando eles não pertencem à esfera pessoal de conhecimento das pessoas (1979, p. 82).

Para a teoria fenomenológica, os indivíduos constroem seus próprios mundos, mas essa construção é feita a partir de “matérias e métodos que lhes são oferecidos por outros” (Wagner, 1979, p. 17). De acordo com Giddens (1978), a idéia da fenomenologia é que os membros da sociedade são “teóricos sociais práticos” (Giddens, 1978, p. 15) e produzem o mundo social nos processos de interação a que estão constantemente expostos. Ainda com relação à interpretação que Giddens faz da teoria de Schütz, ele afirma que os agentes aplicam seus esquemas interpretativos sempre no sentido de promover um “processo de tipificação” (Giddens, 1978, p. 30) que os ajuda a entender os significados das condutas dos outros. Os atores possuem uma série de receitas que os auxilia diariamente no processo de interação social.

Outra importante idéia trazida por Schütz é de que a ciência social é sempre uma interpretação de segunda ordem. Parte primeiro das construções feitas pelos atores sociais em sua vida diária para depois construir uma nova interpretação. No intuito de elaborar essa “construção de segunda ordem”, o observador social deve tomar uma atitude de distanciamento, a fim de entrar em contato e descrever o conhecimento prático dos atores. No estudo “O estranho”, Schütz demonstra como o personagem focado não compartilha do “conhecimento comum” de determinada comunidade e adquire um ponto de vista externo. Essa pessoa é então forçada a observar os modos de vida dessa comunidade para tentar reconstruir um conjunto de regras que guie sua conduta. O significado “objetivo” de determinadas práticas sociais só pode ser percebido pelo “estranho”, por aquela pessoa desligada da comunidade. Para o autor, portanto, esse seria o papel do pesquisador: elaborar uma visão objetiva do mundo social a partir do ponto de vista subjetivo dos atores.

Interacionismo simbólico

De acordo com a interpretação de Joas (1999), o interacionismo simbólico não pode ser avaliado independentemente da Escola de Chicago. Ele seria uma espécie de continuação de algumas partes do pensamento do grupo heterogêneo de teóricos e pesquisadores que formaram a Universidade de Chicago e influenciaram a sociologia norte-americana no período de 1890 até, pelo menos, 1940. Ainda segundo Joas, essa escola pode ser vista como uma combinação entre a filosofia pragmática de orientação política reformista e o esforço de tornar a sociologia uma ciência empírica. Procurou realizar, dessa forma, as possibilidades sociológicas do pragmatismo, que diz que é a ação que determina quais estímulos são relevantes dentro do contexto da própria ação. A filosofia pragmática desenvolvida por Charles Pierce e William James influenciou John Dewey e George

Herbert Mead, responsáveis pela adaptação do pragmatismo à teoria social.

O interacionismo simbólico tem como um de seus principais representantes George Herbert Mead⁵, porém o termo só foi criado em 1938, por Herbert Blumer, um dos continuadores do trabalho pioneiro de Mead. O principal interesse do movimento são os processos de interação mediados pelo caráter simbólico da ação social. As formas de acesso a tais processos seriam o exame do mundo empírico por meio da observação da experiência cotidiana. Nesse sentido, a sociedade não existe como uma estrutura prévia, mas é constantemente criada e recriada nas relações sociais nas quais as pessoas atuam tendo os outros como referência. A análise pragmática da ação social parte da idéia de que os agentes são fontes de estímulos uns para os outros. As ações humanas estão sempre voltadas para as reações dos outros e desse modo são elaborados “esquemas e expectativas mútuas de comportamento” (Joas, 1999, p. 139).

Um dos pontos de partida dos estudos interacionistas é analisar os significados subjetivos que os sujeitos dão aos seus mundos sociais. Por esse motivo, a reconstrução dos pontos de vista subjetivos dos indivíduos é um dos elementos centrais dessa abordagem (Flick, 2004).

A forma de tratamento que o interacionismo deu à relação entre teoria e pesquisa, principalmente na figura de Blumer, foi diferenciada. O relacionamento entre a teoria e a investigação empírica foi fonte de constante interesse para esse autor. Ele desenvolveu a tese de que havia necessidade do pesquisador social manter uma relação íntima com seus objetos. Além da consideração do ponto de vista subjetivo do pesquisador, no interacionismo simbólico a afinidade entre teoria e método também é íntima. Em outras palavras, um dos conceitos não existe sem o outro.

O interacionismo simbólico estabelece uma crítica ao funcionalismo e ao utilitarismo, pois “não assume nem a consistência nem o caráter das normas internalizadas” (Joas, 1999, p. 166). Toma como modelo o indivíduo autônomo, que, além de dominar seu próprio corpo, age voluntariamente. As possibilidades que os agentes têm de atuar e construir regras normativas a partir de conhecimentos coletivos são pressupostos centrais para essa corrente.

Etnometodologia

Diferentemente do interacionismo simbólico, a etnometodologia vai além da perspectiva subjetiva dos sujeitos e preocupa-se ainda mais com o processo e o conteúdo da interação entre os indivíduos. Nesse sentido, o entendimento

⁵ Mead nasceu em Massachusetts, nos Estados Unidos. Estudou em Harvard, onde conheceu e tornou-se amigo de William James. Em 1894, transferiu-se para Chicago a convite de John Dewey. Nesse mesmo ano, publicou seus primeiros artigos. Permaneceu nessa universidade por vários anos e faleceu, ainda em Chicago, pouco tempo depois de ter aceito um convite para trabalhar na Universidade de Columbia (Bazilli *et al.*, 1998).

do papel do contexto onde as interações são produzidas é fundamental para a etnometodologia, bem como a forma como essa interação pode ser demonstrada, pois para essa corrente é através do processo interativo que a realidade social é produzida (Flick, 2004).

A etnometodologia ainda hoje oscila entre dois estatutos extremos. Para alguns parece como uma seita que não deve ser levada a sério. Para outros, entretanto, é um espaço crítico e coerente que surgiu na teoria social como uma resposta ao arcabouço teórico parsoniano e que produziu importantes conseqüências em diversas áreas das ciências sociais contemporâneas (Díaz, 2000). Essa nova abordagem não encontrou aceitação imediata dentro da comunidade sociológica e apareceu em um período de convulsão das ciências sociais no qual o paradigma funcional-estrutural parsoniano estava sendo profundamente questionado.

Garfinkel⁶ publica seu *Studies in Ethnomethodology* em 1967, mas já vinha realizando estudos e pesquisas desde a década de 1950. Para desenvolver tal abordagem, o autor parte de uma crítica à teoria parsoniana da motivação da ação, embora mantenha alguns de seus elementos, e das contribuições da fenomenologia social de Schütz, entre outras influências. Assim como a fenomenologia social, Garfinkel também vai demonstrar especial atenção ao estudo das propriedades do raciocínio prático dos atores nas situações cotidianas.

O cerne da crítica de Garfinkel a Parsons é que o último, apesar de enfatizar a questão motivacional no estudo das ações humanas, excluiu qualquer preocupação com a compreensão que os agentes têm de suas próprias ações. Para Garfinkel não haveria como ser feita uma análise genuína da ação social sem a “conceituação do conhecimento que os agentes vêm a ter a respeito das circunstâncias” (Heritage, 1996, p. 327). Segundo a teoria parsoniana, a racionalidade do agente só é levada em consideração na medida em que seja compatível com o conhecimento científico. Em grande parte dos episódios, no entanto, as explicações que os agentes dão para suas ações não coincidem com as respostas científicas e, nesse caso, a solução apontada por Parsons é desconsiderar a explicação dos agentes. O principal problema da teoria parsoniana é que acaba marginalizando a cognoscibilidade dos agentes sociais e tratando-os como “de juízo dopado” (Heritage, 1996, p. 328). Antes de abordar mais especificamente essa questão, gostaria ainda de salientar alguns pontos importantes da etnometodologia.

Da mesma forma que Parsons, Garfinkel se preocupou com o problema cognitivo da ordem, mas diferente do primeiro – para o qual a ordem seria definida *a priori* e, posteriormente internalizada pelos agentes – para o segundo, ela seria determinada coletivamente no processo da ação. Garfinkel não nega a

existência de normas e regras sociais, mas demonstra por meio de seus estudos e experimentos que elas são testadas, validadas e questionadas. A explicação de Parsons para a persistência das normas como fontes de conduta é que há tanto um processo de interiorização quanto de sanções por meio dos quais as normas se sustentam. Para Garfinkel, as normas são continuamente criadas, recriadas e desviadas. São fontes de recursos cognitivos, mas não são padrões rígidos e, sim, elásticos, ajustáveis no curso da própria ação e pela aplicação em contextos concretos (Heritage, 1996). O agente se orienta pelas normas, mas reflete sobre elas. As normas e regras não possuem existência fora do contexto da ação, não são reconhecidas e categorizadas independentes da situação (Gadea, 2004).

Através dos experimentos de ruptura, como no jogo da velha em que os experimentadores rompiam descaradamente as regras, Garfinkel pôde perceber que as pessoas frente a comportamentos discrepantes realizam tentativas no sentido de provocar a normalização da situação. Nessas e em outras experiências do mesmo tipo, os atores sempre reagiam enfaticamente quando sentiam que havia ameaça à ordem normativa das ações em que estavam inseridos. Em outros termos, as pessoas sempre tentam estabelecer um sentido coerente para suas ações e descobrir um padrão, mesmo quando não existe.

O caminho analítico escolhido por Garfinkel não se centrou na motivação das ações, mas em suas bases processuais, ou seja, o modo pelo qual são produzidas e compreendidas (Heritage, 1996). Por esse motivo, o entendimento da contextualidade das ações é crucial para a apreensão das interações sociais. Para o etnometodólogo, o contexto da ação, além de influenciar o que se pensa dela, também contribui “para uma percepção em desenvolvimento da própria situação da ação” (Heritage, 1996, p. 347). Ação e contexto são elementos elaborados mutuamente, que os agentes estão constantemente manipulando. A descrição do mundo real através das ações ajuda a fabricá-lo. Tornar o mundo visível significa, ao mesmo tempo, tornar as ações diárias compreensíveis, descrevendo-as (Coulon, 1995a, p. 46).

Pontos em comum entre as escolas

Há muitos pontos em comum entre as abordagens anteriormente avaliadas. Tanto a fenomenologia social quanto o interacionismo simbólico e a etnometodologia convergem para o estudo do mundo diário (Giddens, 1978, p. 35). O sentido comum estabelecido pelas pessoas em suas interações é uma espécie de repositório de práticas e deve ser priorizado na análise. É a partir do estudo do “mundo da vida”, utilizando a

⁶ Harold Garfinkel publica em 1967 a obra *Studies in Ethnomethodology*, com a qual inaugura uma nova abordagem da análise sociológica: a etnometodologia. Garfinkel realizou o doutorado em sociologia sob a orientação de Talcott Parsons na Universidade de Harvard. E, posteriormente, desenvolveu uma crítica penetrante a alguns dos principais pressupostos da teoria parsoniana.

expressão de Schütz, visto da perspectiva subjetiva dos atores, que o observador social poderá construir sua interpretação de segundo grau. Essas teorias compartilham a idéia de que os seres humanos ajudam a criar as interpretações que têm da realidade social e que a própria realidade é resultado de interações anteriores (Campbell, 1999). Além disso, todas elas se interessam pelos problemas da linguagem e do significado.

As teorias não defendem o rompimento com o senso comum. E, nesse sentido, diferenciam-se das correntes dominantes⁷ (Santos, 1989, p. 37). Pelo contrário, reabilitam a autoridade do senso comum. Apesar das diferenças existentes, têm em comum a valorização do conhecimento pragmático pelo qual as pessoas orientam suas ações no dia-a-dia. Desse modo, o senso comum não pode ser simplesmente descartado, pois é o instrumento que guia as pessoas em suas vidas cotidianas. Garfinkel (*in* Giddens, 1978) propõe que as “expressões classificadoras”, que as pessoas utilizam no decorrer de suas vidas e que aparecem no discurso diário, são a principal matéria pela qual os membros de uma sociedade organizam sua atividade social. Sendo assim, não podem ser avaliadas como “obstáculos” à análise social, mas como seu ponto de partida. Esse conhecimento do senso comum, tal como definido por Schütz, é organizado como uma colcha de retalhos “[...] na qual as experiências claras e nítidas estão entremeadas com vagas conjunturas; suposições e preconceitos cruzam com evidências bem-comprovadas; motivos, meios e fins, assim como causas e efeitos, são enfileirados sem clara compreensão de suas reais conexões” (Schütz *in* Heritage, 1996, p. 331).

O senso comum não possui o mesmo tipo de racionalidade da ciência, mas nem por isso deve deixar de ser analisado. Pelo contrário, é por intermédio do estudo do raciocínio prático do senso comum que as ações e interações humanas são entendidas. Pois é por esse conhecimento que as pessoas organizam a compreensão ordinária de suas ações na vida cotidiana. Conforme Schütz demonstrou em seus trabalhos, a racionalidade da ciência tem sua ancoragem no senso comum. Porém, o campo científico estabeleceu um estatuto epistemológico para a ciência exatamente pelo rompimento com o senso comum. Questionar tal processo de ruptura é colocar em dúvida o *status* da própria ciência.

Tanto os interacionistas quanto os etnometodólogos modificam o preceito durkheimiano de que os fatos sociais devem ser tratados como coisas. Para eles, os fatos sociais são realizações práticas. Não vêem a sociedade como uma estrutura previamente determinada, e sim como algo resultante da ação conjunta dos agentes. A objetividade da realidade consiste em sua intersubjetividade. Mas não é uma realidade que existe além da consciência de seus criadores, que transcende totalmente

ao seu controle e age exteriormente sobre eles moldando-os (Campbell, 1999, p. 251). A realidade é uma construção efetuada pelos atores a fim de ordenar o mundo social. Isso não significa, entretanto, a inexistência dos mais diversos tipos de limitações que atravessam essa atividade de ordenamento. Essas correntes não negam as coerções sociais, as desigualdades de classe, étnicas, de gênero e de relações de poder. No entanto, demonstram que os agentes enfrentam essas condições das mais variadas formas: desde a simples reprodução até a elaboração de estratégias de resistência.

O que as abordagens fenomenológicas ressaltam, ao contrário do estrutural-funcionalismo, é o tratamento dos agentes sociais como portadores de capacidade de conhecimento tanto para a execução como para a avaliação de suas ações. Esse é um dos aspectos mais importantes sublinhados por essas correntes, e sobre ele tratarei a seguir.

A cognoscibilidade dos agentes sociais

O *status* elevado que a fenomenologia social, o interacionismo simbólico e a etnometodologia concedem à figura cognoscente do ator social talvez seja a mais importante de suas contribuições. A sociologia weberiana já assinalava a importância de tomar como ponto de partida para a análise as motivações do ator, mas essas escolas levaram a proposta a conseqüências mais radicais.

Schütz, em seus estudos, realça o valor que deve ser dado ao significado subjetivo da participação das pessoas em suas comunidades. Para ele, o entendimento dos significados e das motivações que os atores dão às suas ações na vida cotidiana é a matéria-prima da análise sociológica. Os seres humanos são criaturas práticas que se colocam problemas e possuem capacidade para resolvê-los. Parte da concepção de um eu ativo e reflexivo.

Os interacionistas levam em conta o ponto de vista subjetivo dos indivíduos para realizar suas análises. As pesquisas desenvolvidas pela Escola de Chicago demonstram o quanto é importante para a sociologia entender como os agentes “definem a sua situação” e que é a partir desse processo que eles poderão interagir socialmente.

A etnometodologia também enfatiza o fato de que os agentes reconhecem, produzem e reproduzem as ações sociais. Além de terem capacidade de analisar uma situação, eles podem partilhar a compreensão subjetiva que elaboram (Heritage, 1996). Garfinkel demonstrou em suas pesquisas que os atores, de certo modo, sabem o que estão fazendo e isso em comum com outras pessoas. Ele concede primazia à concepção de ator social que usa os seus recursos interpretativos para entender as circunstân-

⁷ Santos afirma que a fenomenologia, o interacionismo simbólico e a etnometodologia representaram um movimento de desdogmatização da ciência. O autor critica o excesso de relativismo presente em tais vertentes subjetivistas, mas não chega a explicitar o processo de recuperação do senso comum que operam quando propõem que não ocorra uma atitude de rompimento e, sim, de análise e interpretação do senso comum.

cias nas quais participa. É precisamente essa perspectiva analítica que se perde quando os atores são tratados como seres condicionados por recompensas e castigos, tal como queria Parsons (Heritage, 1996). A capacidade de o ator de vincular as normas às situações cotidianas depende de sua competência na adoção de uma posição reflexiva em relação a elas.

Para que os processos interativos ocorram, os atores tomam como certa a reflexibilidade dos outros atores. Eles utilizam e confiam nesse princípio para “produzir, realizar, reconhecer, ou demonstrar a adequação racional para todas as finalidades práticas de seus procedimentos e descobertas” (Giddens, 1978, p. 38). É através desse processo de interpretação constante da realidade social que os atores acabam fabricando um mundo racional para viver (Coulon, 1995a).

Os atores sociais, na maioria das vezes, não têm consciência a respeito do caráter reflexivo de suas ações. Por considerarem essa característica como algo evidente, não se preocupam em teorizar sobre ela. A reflexividade é uma precondição para a existência da interação. Em outras palavras, ela é um dos componentes da ação: “Designa as práticas que ao mesmo tempo descrevem e constituem o quadro social” (Coulon, 1995a, p. 41). A reflexividade tem a capacidade de designar a equivalência entre produzir uma ação e descrevê-la. O modo de executar a ação e de a expor constituem a própria ação.

A utilização de princípios interacionistas por Anthony Giddens e Bruno Latour

Giddens, apesar de tecer algumas críticas em relação às correntes interpretativas, reconhece sua importância tanto no questionamento à hegemonia da teoria parsoniana quanto em algumas de suas importantes contribuições para o desenvolvimento da teoria sociológica. No caso desse artigo, será tratada mais especificadamente a questão da cognoscibilidade dos agentes sociais.

Latour não cita explicitamente a influência de tais correntes em seu método de pesquisa, mesmo assim é possível detectar em muitas partes de suas obras⁸ alguns traços em comum especialmente com a etnometodologia.

Cognoscibilidade e reflexividade dos agentes em Giddens

Giddens, assim como os representantes das correntes interpretativas, também parte do pressuposto de que todos os seres humanos são cognitivos e que o estudo da vida cotidiana é essencial para o desenvolvimento da pesquisa. A análise social deve ser sensível tanto às habilidades que os atores possuem

como à sua capacidade de interpretação. Nesse caso, o autor reafirma o preceito fenomenológico de que os conceitos com os quais os observadores sociais trabalham são de segunda ordem. Para o sociólogo, as teorias nas ciências sociais devem estar baseadas em idéias que já estão de algum modo sustentadas pelos agentes aos quais fazem referência.

Giddens (1989) afirma que a cognoscitividade humana e seu envolvimento com a ação é uma das principais contribuições das sociologias interpretativas. Para o autor, a sociologia deve partir da idéia do caráter ativo e reflexivo da conduta humana, ou seja, de que os atores sabem de algum modo as razões por que atuam e como atuam. Essa sabedoria dos atores está largamente contida no que Giddens denomina “consciência prática”, que se diferencia da “consciência discursiva” e do inconsciente. A “consciência prática”, conceito advindo da fenomenologia e da etnometodologia, refere-se ao conhecimento tácito ou implícito dos atores em relação às suas ações e que vão desenvolver no decorrer de suas condutas cotidianas, sem que sejam capazes de formular esse conhecimento discursivamente.

O sociólogo inglês não esclarece pontualmente a diferença entre a cognoscitividade dos agentes e a reflexividade, mas essa última parece ser a forma como o aspecto cognoscente dos atores se desenvolve. Para ele, a reflexividade deve ser entendida “como o caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social” (Giddens, 1989, p. 2). É algo que depende e está assentado no acompanhamento permanente que os seres humanos realizam de suas ações. Esse conceito é central na teoria de Giddens e será utilizado na maioria de suas obras. Nas sociedades modernas, o caráter reflexivo dos atores é ainda maior, e a reflexividade torna-se indiscriminada (Giddens, 1991, p. 46).

Não é possível estabelecer com maior grau de precisão o sentido da reflexividade para Giddens e aquele utilizado pela etnometodologia. Num olhar superficial, proporcionado por esse artigo, a reflexividade em Giddens parece indicar uma separação entre “consciência prática” e “discursiva” dos agentes. Ao dividir a consciência dos agentes em “consciência prática”, “consciência discursiva” e “consciência teórica”, acaba distinguindo processos que Garfinkel não separa. Pois, para o último, “as descrições do social se tornam, assim que proferidas, partes constitutivas daquilo que descrevem” (Garfinkel *in* Coulon, 1995a, p. 41). O ato de agir e sua descrição é que formam a ação. As explicações sobre as ações estão irremediavelmente ligadas às suas condições de uso. Conforme explicita Heritage (1999): “As explicações ordinárias não são portanto uma ‘folga’ depois das ações. Não são os momentos nos quais a ação cessa e o comentário sobre a ação toma o seu lugar. Não são tampouco eventos desencarnados que ficam fora das atividades nas quais estão temporariamente enredados” (Heritage, 1999, p. 359).

⁸ Consultar as seguintes obras: *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*, escrita com Steve Woolgar (Latour e Woolgar, 1997), e *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora* (Latour, 2000).

Uma das principais críticas de Giddens às correntes interacionistas é que assumem uma posição que provoca uma “paralisa da vontade crítica” (1989, p. 272). Para ele, a ciência social deve desempenhar um papel crítico em última instância, e o que ocorre a essas correntes é a limitação de suas análises à etnografia. Se, nas formulações objetivistas das ciências sociais, a ciência aparece como um “modelo revelador” (Giddens, 1989, p. 272), porque torna inconciliável conhecimento científico e senso comum, nas teorias interpretativas a ciência não consegue manter a necessária “agudeza crítica”, se abstém, inclusive, dessa tarefa. Parece-me que Giddens cobra dessas abordagens um papel que elas se negaram a assumir: o da ciência como aquele conhecimento superior aos outros tipos de conhecimento. O que essas teorias reivindicam é o olhar mais atento do pesquisador à forma como os agentes sociais resolvem seus problemas, avaliam sua “situação” e constroem diferentes estratégias de vida a partir disso. A crítica de Giddens sugere que a autoridade científica é quem vai determinar os limites da cognoscitividade dos agentes. Talvez a solução apontada por Boaventura Santos (1989), de superação do paradigma da ciência moderna, seja a mais coerente ao propor o reencontro da ciência com o senso comum e uma permanente articulação entre essas instâncias de conhecimento.

Alguns preceitos etnometodológicos utilizados por Latour

Apesar de Latour afirmar que sua “regra de higiene [...] parece estar em contradição com a etnometodologia” (Latour e Woolgar, 1997), porque parte do princípio da desconfiança em relação aos discursos dos cientistas para explicar sua prática, não parece haver contradição se levarmos em consideração as seguintes alegações. A primeira é que a etnometodologia reabilita o ator como sujeito capaz de agir no mundo social e de interpretar suas ações, e não assegura que o pesquisador deva acreditar em tudo o que o ator descreve sobre o que faz. Um de seus pressupostos é observar os atores sociais nas atividades práticas, porque nessas situações eles criam suas próprias formas de interpretar o mundo e, conseqüentemente, suas explicações sobre isso. Observar os sujeitos de pesquisa nas atividades práticas cotidianas fornece ao pesquisador a possibilidade de comparação com os discursos que eles formulam sobre essas atividades, pois quando os atores “falam” sobre suas ações podem, muitas vezes, esconder suas “reais intenções”, desconhecê-las, encobri-las ou não ter consciência delas. Segundo a tradição etnometodológica, reabilitar o ator significa não tratá-lo como de “juízo dopado”, de acordo com a expressão de Garfinkel. Isso não induz, entretanto, a substituir a interpretação do pesquisador por aquela elaborada pelo sujeito de pesquisa.

Para Latour, cientistas e engenheiros são capazes de construir explicações sobre suas atividades e formular estratégias para suas vidas. É isso que tenta mostrar o tempo inteiro em *A vida de laboratório* e *Ciência em ação*, ou seja, que os pesquisadores possuem sua própria sociologia da ciência que os auxilia a tomar decisões e a fazer julgamentos. No entanto, a principal preocupação do sociólogo francês, assim como dos pesquisadores que seguem a etnometodologia, é com as atividades práticas dos cientistas. Desconfiar das explicações que o ator encontra para suas ações não significa desconsiderá-lo como sujeito cognoscente. Quando o pesquisador observa a prática e o discurso dos sujeitos, tem a possibilidade de construir sua própria interpretação acerca do que está estudando. Se o cientista social (sociólogo ou antropólogo) não avalia o sujeito de pesquisa como de “juízo dopado”, não pode atuar dessa forma e acreditar em tudo que os atores pesquisados dizem sobre suas atividades, abstenendo-se, assim, de formular sua própria interpretação.

O segundo motivo que não denota contradição de Latour em relação à etnometodologia é porque ele utiliza alguns de seus preceitos. O principal deles está no fato do autor avaliar que a ciência deva ser estudada na sua prática e não somente a partir da teoria ou da filosofia. Outro preceito, adotado por Latour, é o da “indiferença etnometodológica”, aquela atitude sem pré-conceitos que o pesquisador deve assumir em relação ao seu estudo e às possíveis ações e associações que seus informantes efetuem. À “indiferença etnometodológica” alia-se outro princípio: “colocar entre parênteses” tudo aquilo que o pesquisador possa saber sobre seu objeto de estudo, seus valores e opiniões em relação a ele. Outros pontos em comum entre a metodologia de Latour e a etnometodologia podem ser percebidos na forma de analisar a maneira como os cientistas ordenam seu mundo social e na atitude que o observador deve assumir em sua investigação. É importante ressaltar a maneira como o sociólogo francês une com criatividade alguns pressupostos etnometodológicos com a prática etnográfica. E como ele ultrapassa o caráter localizado dessa associação quando insere seu objeto de pesquisa no traçado das redes. É sobre esses aspectos comuns do método de Latour e da etnometodologia que tratarei a seguir.

A etnometodologia como o estudo das propriedades do raciocínio prático

Para John C. Heritage (1999), Garfinkel, ao definir a etnometodologia como “o estudo das propriedades do raciocínio prático do senso comum nas situações mundanas de ação” (Heritage, 1999, p. 331), estabeleceu um território novo para a pesquisa sociológica. O objetivo de Latour, ao propor o estudo da “ciência em ação”, não é diferente, pois procura estudar as atividades práticas dos cientistas. No primeiro capítulo

de *Ciência em ação*, o autor já adverte para o fato dos historiadores sociais e dos sociólogos prenderem-se a documentos e arquivos e não irem diretamente ao campo a fim de acompanhar a construção dos fatos científicos. Os etnometodólogos mantêm como uma das preocupações centrais de suas pesquisas as bases processuais das ações, o modo pelo qual são produzidas e compreendidas (Heritage, 1999). Por esse motivo, é imprescindível o entendimento da contextualidade das ações.

Da mesma forma para Latour, a ciência – os fatos científicos – só pode ser compreendida a partir de seu caráter “idiossincrático, local, heterogêneo, contextual e diversificado” (2000, p. 160). Isso significa estudá-la a partir de “dentro”, considerando sempre suas relações com os de “fora” e prestando atenção ao momento em que tal divisão arbitrária é criada. Segundo Latour e Woolgar (1997, p. 162), o estudo que realizaram só obteve os resultados demonstrados porque “podemos construir nossos relatórios a partir de observações de encontros cotidianos, de discussões de trabalho, de atitudes e de toda uma variedade de comportamentos não calculados”.

Em *Ciência em ação*, Latour (2000) reforça a característica de seu método de ater-se às práticas dos cientistas e não às tradições filosóficas a respeito da ciência. Esse é um dos princípios metodológicos adotados pelo autor: “desistir de qualquer discurso ou opinião sobre a ciência feita e, em lugar disso, seguir os cientistas em ação” (Latour, 2000, p. 169). Tanto para Latour como para a etnometodologia, o interesse maior de estudo concentra-se nas atividades práticas. Por essa razão, o método de estudo não pode dispensar a observação direta, e, nesse sentido, ambos tomam emprestados os instrumentos de pesquisa próprios da etnografia.

A “indiferença etnometodológica” e o procedimento fenomenológico de “colocar entre parênteses”

A “indiferença etnometodológica” implica a atitude do pesquisador de se abster de qualquer juízo sobre a pertinência, importância, valor ou consequência das práticas daqueles que estuda. Nas palavras de Heritage, significa “o estudo das propriedades sistemáticas do raciocínio prático e da ação prática ao mesmo tempo em que a abstenção de juízos que têm o efeito de sancioná-las ou solapá-las” (1999, p. 332). Latour segue nessa direção, conforme expressa em sua sexta regra metodológica:

[...] diante de uma acusação de irracionalidade, ou simplesmente de crenças em alguma coisa, nunca acharemos que as pessoas acreditam em coisas ou são irracionais, nunca procuraremos saber que regra da lógica foi infringida, mas simplesmente observaremos o ângulo, a direção, o movimento e a escala de deslocamento do observador (Latour, 2000, p. 348).

O procedimento fenomenológico de “colocar entre parênteses” está relacionado a essa atitude. O analista social suspende qualquer acordo com determinada visão privilegiada da estrutura social que deseja estudar. “Põe entre parênteses” tanto a sua visão quanto a dos sujeitos sob pesquisa. É esse princípio que Latour adota ao estudar “cientistas e engenheiros” e “fatos e máquinas”. Quando toma a decisão de estudar um laboratório, “coloca entre parênteses” suas crenças sobre a ciência e sobre a sociedade. O autor reforça sua postura metodológica afirmando que para o pesquisador entender o que significa um objeto novo nas mãos de um cientista “precisamos nos ater mais do que nunca a nosso método de observar apenas a prática dos cientistas, permanecendo surdos a opiniões, tradições filosóficas e até mesmo àquilo que os cientistas dizem acerca do que fazem” (Latour, 2000, p. 144).

Os “estudos de trabalho”

O trabalho de pesquisa realizado por Latour e Woolgar assemelha-se bastante com os “estudos de trabalho” propostos por Garfinkel e seus colaboradores. Tais estudos abordam o “trabalho” no sentido de atividade ocupacional e consistem em descrever suas práticas, com o objetivo de “informar as atividades fundamentais que tornam as ocupações significantes” (Heritage, 1999, p. 377). Algumas dessas pesquisas têm caráter desconstrutivo, conforme aponta Heritage, pois as declarações dos profissionais a respeito do trabalho que desenvolvem ou as filosofias normativas relativas às ocupações geralmente “atenuam ou ocultam o trabalho prático envolvido na consecução de metas ocupacionais ou científicas” (1999, p. 378). Embora Latour e Woolgar não sigam estritamente os procedimentos etnometodológicos de pesquisa, seu trabalho não deixa de convergir “em atmosfera”, conforme avaliação de Heritage, com os “estudos de trabalho”. Pois, assim como os etnometodólogos, os dois autores também utilizam uma série de métodos de pesquisa como as técnicas etnográficas, as entrevistas, a análise de documentação, entre outros, além de se dedicarem à observação e descrição das atividades práticas dos cientistas.

As ocupações ou pelo menos grande parte do que nelas se realiza vai do familiar e imediatamente reconhecível até o esotérico. Ou seja, aquilo que é obscuro ou pelo menos difícil de decifrar para um observador que não pertença à atividade (Heritage, 1999). Foi essa a descrição que Latour e Woolgar (1997) fizeram da chegada de seu “observador” a um laboratório altamente especializado. Com a palavra, o “observador” e suas impressões acerca de suas visitas ao laboratório:

A conversa generalizou-se. Falou-se de investimentos, de lucros, de espaços, de bolsas, de subvenções, de vantagens comparativas. Percebi que estava lidando com jovens executivos dinâmicos. Falou-se de estratégia, de formas de auxílio, de pontos de passagem obrigatórios, de investir em

lugares, de ordenar idéias, de arruinar reputações, de liquidar adversários, de guerrilhas. Achei que tinha aterrissado no meio de uma reunião do Estado-maior. Falou-se de controle, de vigilância, de teste, de contaminação, de traição, de inteligência com relação ao inimigo. Achei que estava tratando com algum dispositivo policial. Falaram de viradas radicais, de revoluções, de transformações rápidas, de minas de explosão. Achei que estava em meio a conspiradores [...] (Latour e Woolgar, 1997, p. 14).

Heritage afirma que o caráter inovador dos “estudos de trabalho” está no fato de que, antes de Garfinkel levantar a importância de descrever uma atividade ocupacional, essa nunca tinha sido considerada uma questão séria de pesquisa. Esse caráter inovador também está presente na abordagem que Latour faz da ciência, como uma atividade cotidiana que extrai sua ordenação das ações práticas dos agentes, dos recursos que mobilizam e das associações que realizam, e não a partir de um processo singular de raciocínio. Conforme esclarecem Kropf e Ferreira (1998, p. 592), a ciência não se distingue das outras práticas sociais “em função de uma superioridade cognitiva derivada da racionalidade intrínseca a esta atividade [...] mas em função de um processo social de convencimento que possibilitou que eles [atributos científicos] fossem reconhecidos enquanto tais”.

Uma das críticas feitas ao livro *A vida de laboratório*, segundo Kropf e Ferreira (1998), é sua incapacidade de, a partir da descrição microssociológica do laboratório, levantar questões que permitissem uma compreensão global da ciência. Tal crítica não deixa de ser, de certa forma, reconhecida pelos próprios autores quando afirmam que a etnografia de laboratório que realizaram tem limites porque necessita de um estudo complementar sobre a rede na qual está inserida. Em *Ciência em ação*, Latour tenta superar essa limitação, pois informa melhor sobre como cientistas e laboratórios participam de associações e sobre como o caráter das associações determinará a formação de redes mais sólidas ou mais frágeis. Embora essa idéia não esteja amplamente desenvolvida no primeiro livro, os autores já assinalam para o caráter de rede da ciência. Nesse sentido, uma das contribuições da sociologia de Latour e Woolgar, mais especificamente do primeiro, é justamente superar o caráter localizado da pesquisa etnográfica e etnometodológica ampliando-o ao universo das redes.

O que Latour evidencia com seus estudos, conforme conclusão de Kropf e Ferreira (1998), é que o processo de interação entre os atores em determinado contexto – alargado por meio das redes – é o que define a ciência como uma prática socialmente construída de produção de conhecimentos. O caráter interacional da produção da ciência não deixa de ser uma herança da etnometodologia e de outras correntes interacionistas. Pois, conforme Garfinkel assegura em *Studies*, “a ordem social é local e interacionalmente produzida, naturalmente organizada e reflexivamente descritível” (in Coulon, 1995a, p. 130).

Por fim, é conveniente assinalar mais uma afinidade entre o pensamento de Latour e o da etnometodologia: a maneira como

analisam a ciência enquanto um conhecimento socialmente produzido, com caráter diferenciado daquele do senso comum, mas não superior a ele. Schütz (1979) já afirmava que a racionalidade da ciência tem como base o senso comum. Garfinkel e seus colaboradores seguem a orientação e comprovam que é por intermédio do estudo do raciocínio prático do senso comum que as ações e interações humanas são entendidas.

Latour não chega a tratar especificamente da relação entre ciência e senso comum. No entanto, demonstra que o procedimento de constituição dos fatos científicos e, portanto, de seus enunciados só assume o atributo de verdadeiro ou falso por meio de um processo social de convencimento que recorre à retórica, ao alistamento de aliados e à aquisição e disponibilização de uma variedade e quantidade de recursos. Como indagam os autores no final de *A vida de laboratório*: “Quantas pesquisas futuras gerando investimentos, quantas redefinições do campo e quantas transformações daquilo que conta como argumento aceitável são necessários para tornar esse relato mais plausível do que outros?” (Latour e Woolgar, 1997, p. 298).

Considerações finais

Há uma série de críticas feitas às abordagens interpretativas que aqui não serão contestadas, mas devem ser ao menos mencionadas: de que não possuem um poder explicativo geral, reduzem a estrutura social a procedimentos interpretativos, desconhecem os fatores que determinam ou condicionam a visão das pessoas sobre sua situação social, entre muitas outras. Porém, o objetivo desse artigo foi refletir sobre as contribuições que essas correntes trouxeram às ciências sociais e demonstrar que sociólogos seguidores de diferentes tradições e contextos do pensamento social, como Giddens e Latour, incorporaram alguns de seus principais fundamentos na elaboração de suas propostas teóricas e metodológicas.

O estudo dessas teorias indica que, apesar de não podermos controlar grande parte de nosso destino, ainda assim somos capazes de construir nosso mundo por meio de nossas experiências pessoais e coletivas e que temos condições de eleger projetos e interesses particulares (Campbell, 1999).

Ao destacarem o papel ativo dos agentes sociais na construção da realidade, elas proporcionaram um outro modo de pensar a relação entre teoria e pesquisa, na qual um dos termos só tem validade se acompanhado pelo outro. Para os integrantes dessas escolas, a sociologia só tem sentido quando embasada na pesquisa empírica e utilizando uma metodologia adequada. Partir do pressuposto de que o “agente atua no mundo em função da maneira como o vê” (Mead in Coulon, 1995b), implica que o pesquisador social deva conhecer a visão desse agente e uma das maneiras de obter tal conhecimento é pela observação direta dos atores em seu ambiente diário. Porém, apesar de a reconstrução do ponto de vista dos sujeitos ser fundamental,

o contexto no qual os indivíduos estão inseridos durante os processos interativos não pode ser deixado de lado.

Uma das primeiras tarefas da pesquisa etnometodológica é descrever o que os membros de determinado grupo fazem; por isso, esse tipo de investigação exige “um certo localismo” (Coulon, 1995a, p. 89). Além da descrição, o pesquisador deve ser capaz de captar o ponto de vista dos sujeitos pesquisados. Isso não significa somente observar suas ações e escutar suas conversações, mas situar e contextualizar suas descrições e “considerar os relatos dos membros como instruções de pesquisa” (Coulon, 1995a, p. 90). Os pressupostos teóricos dos quais parte o investigador social condicionam a sociologia à pesquisa empírica. Os sujeitos pesquisados fornecem as pistas para o pesquisador entender suas situações de vida.

Quem sabe seja o momento, conforme sugestão de Peter Wagner (1996), da sociologia se liberar de seus pressupostos normativos e analíticos usuais. E, para isso,

[...] essa sociologia não prescreve a forma que teria ou deveria apresentar tal relação [entre identidades e práticas sociais]. Do ponto de vista sociológico, essa questão é atribuída a uma análise empírica de feição marcadamente interpretativa; do ponto de vista político, cabe à livre deliberação dos que aprovam as regras (Wagner, 1996, p. 41).

Ainda segundo Wagner, o tipo de sociologia que predominou após a Segunda Guerra Mundial “adotou a pré-fabricação de uma representação bem-arrumada de sociedade” (1996, p. 34) e colocou na periferia da disciplina as teorias influenciadas pelo pragmatismo responsáveis pela elaboração de um conhecimento teórico e empírico que enfatiza a competência humana na criação da vida individual e coletiva. Uma das maneiras de a sociologia recuperar a perspectiva criativa é retomar o conhecimento teórico aliado ao estudo empírico que as correntes interacionistas desenvolveram com tanta sensibilidade e cuidado.

Referências

BAZILLI, C.; RENTERÍA, E.; DUARTE, J.C.; FRANCISCATTI, K.V.S.; ANDRADE, L.F. e RALA, L.A. 1998. *Interacionismo simbólico e*

- teoria dos papéis: uma aproximação para a psicologia social*. São Paulo, EDCU, 230 p.
- CAMPBELL, T. 1999. *Siete teorías de la sociedad*. Madrid, Ediciones Cátedra, 235 p.
- CORCUFF, P. 1998. *Las nuevas sociologías: construcciones de la realidad social*. Madrid, Alianza Editorial, 120 p.
- COULON, A. 1995a. *Etnometodología*. Petrópolis, Vozes, 134 p.
- COULON, A. 1995b. *A Escola de Chicago*. Campinas, Papirus, 135 p.
- DÍAZ, F. 2000. Introdução. In: F. DÍAZ (org.), *Sociologías de la situación*, Madrid, La Piqueta, p. 9-38.
- FLICK, U. 2004. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre, Bookman, 312 p.
- GADEA, C. 2004. *Teorias e paisagens da pós-modernidade: cultura política e sociabilidade na América Latina*. Florianópolis, SC. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, 194 p.
- GIDDENS, A. 1978. *As novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro, Zahar, 181 p.
- GIDDENS, A. 1989. *A constituição da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 318 p.
- GIDDENS, A. 1991. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, Editora da UNESP, 177 p.
- HERITAGE, J. 1999. Etnometodologia. In: A. GIDDENS e J. TURNER (eds.), *Teoria social hoje*. São Paulo, Editoria da UNESP, p. 321-392.
- JOAS, H. 1999. Interacionismo simbólico. In: A. GIDDENS e J. TURNER (eds.), *Teoria social hoje*, São Paulo, Editoria da UNESP, p. 128-174.
- KROPF, S.P. e FERREIRA, L.O. 1998. A prática da ciência: uma etnografia do laboratório. *História, Ciências, Saúde*, **IV**(3):589-597.
- LATOUR, B. e WOOLGAR, S. 1997. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 310 p.
- LATOUR, B. 2000. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo, UNESP, 438 p.
- MOUZELIS, N. s/d. *The development of social theory in the post-war period*. Lecture. (Conference talk)
- SANTOS, B. de S. 1989. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro, Graal, 176 p.
- SCHÜTZ, A. 1979. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 319 p.
- WAGNER, H.R. 1979. Introdução. In: A. SCHÜTZ, *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, p. 3-50.
- WAGNER, P. 1996. Crises da modernidade: a sociologia política no contexto histórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, **11**(31): 29-34.

Submetido em: 16/10/2006

Aceito em: 20/10/2006